



CÂMARA DOS DEPUTADOS - 57º LEGISLATURA

GABINETE DO DEPUTADO CARLOS JORDY – PL/RJ

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº (Do Sr. Carlos Jordy)

/2025.

Solicita informações ao Ministro da Previdência Social, Carlos Roberto Lupi, sobre providências adotadas no âmbito do Ministério em decorrência da operação da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União que resultou no afastamento do presidente do INSS por suposto envolvimento em esquema de fraudes em benefícios previdenciários.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 70 da Constituição Federal e conforme os artigos 115, 116, 32, inciso XI, 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle encaminhe o presente Requerimento de Informação **ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Carlos Roberto Lupi, sobre suposto esquema de fraudes sistêmicas** em benefícios previdenciários.

Carlos Jordy
Deputado
Federal PL/RJ

Apresentação: 23/04/2025 13:19:20.140 - CFEC

REQ n.156/2025



Câmara dos Deputados - Gabinete 786 - Anexo III- Brasília - DF - CEP 70160-900

e-mail: dep.carlosjordy@camara.leg.br telefone: (61) 3215-5786

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252634061300>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy





JUSTIFICATIVA

O presente Requerimento de Informação tem por finalidade cumprir o dever constitucional de **fiscalização do Poder Executivo**, nos termos do **artigo 49, inciso X, da Constituição Federal**, sobretudo diante da gravidade das denúncias e dos impactos sobre a **credibilidade e integridade da política previdenciária nacional**.

A recente operação conjunta da **Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União**, que culminou no afastamento do Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), **Alessandro Stefanutto**, e de outros servidores da autarquia, evidencia a **existência de um possível esquema de fraudes estruturadas**, envolvendo **descontos não autorizados em benefícios previdenciários** — prática que, segundo informações divulgadas pela imprensa, teria causado prejuízos superiores a **R\$ 6 bilhões** entre os anos de 2019 e 2024.

Trata-se de um escândalo de proporções alarmantes, que atinge diretamente **aposentados e pensionistas**, público historicamente mais vulnerável e que depende exclusivamente dos benefícios para sua subsistência.

Dada à **relevância institucional do INSS**, bem como sua vinculação administrativa ao **Ministério da Previdência Social**, é fundamental que o **titular da pasta, Ministro Carlos Roberto Lupi**, esclareça à **Câmara dos Deputados** quais providências foram ou estão sendo adotadas, de modo a **garantir transparência, responsabilização e medidas de correção estrutural**.

O Parlamento, em seu papel de casa representativa da sociedade, não pode se omitir diante de uma possível **falência dos mecanismos de controle e fiscalização interna do Estado**, tampouco se abster de cobrar soluções para **reparação dos danos causados à população brasileira**.

Pelos motivos acima expostos, solicitamos as seguintes informações:

1. Quais medidas imediatas foram adotadas pelo Ministério da Previdência Social, **desde a deflagração da operação**, para garantir a **continuidade, regularidade e segurança** da gestão dos benefícios previdenciários no âmbito do INSS?





CÂMARA DOS DEPUTADOS - 57º LEGISLATURA

GABINETE DO DEPUTADO CARLOS JORDY – PL/RJ

2. Há **auditorias internas ou correções disciplinares em curso** no Ministério ou no INSS em razão dos fatos noticiados? Em caso afirmativo, favor encaminhar cópia dos **atos de instauração e relatórios parciais**.
3. Qual foi o **grau de conhecimento ou envolvimento prévio** do Ministério da Previdência quanto às **irregularidades investigadas**? Há registros de **denúncias internas anteriores** sobre o tema?
4. Quais mecanismos de controle institucional estavam vigentes para **fiscalizar e autorizar descontos associativos em benefícios previdenciários**? Foram identificadas **falhas sistêmicas** ou **vulnerabilidades normativas**?
5. Quais medidas estão sendo adotadas para **restituição dos valores indevidamente descontados** dos aposentados e pensionistas afetados?
6. Existe, por parte do Ministério, previsão de **mudanças normativas ou administrativas** para prevenir novas ocorrências de natureza semelhante?

Carlos Jordy
Deputado
Federal PL/RJ

Apresentação: 23/04/2025 13:19:20.140 - CFEC

REQ n.156/2025



Câmara dos Deputados - Gabinete 786 - Anexo III- Brasília - DF - CEP 70160-900

e-mail: dep.carlosjordy@camara.leg.br telefone: (61) 3215-5786

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252634061300>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy

